

CERCO A ESPIONAGEM

Número 3 da Abin é afastado em ação contra esquema ilegal de vigilância na gestão Bolsonaro

PAOLA SERRA, PATRIK CAMPOREZ, DIMITRIUS DANTASE, BERNARDO LIMA
pofc@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A Polícia Federal avançou na investigação sobre o suposto esquema ilegal de espionagem que vigorou no governo de Jair Bolsonaro e identificou que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) monitorou os passos de políticos, jornalistas, advogados e opositores da gestão do ex-presidente. Por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), dois servidores do órgão tiveram a prisão decretada ontem. Outros três também deixaram as funções, entre eles o atual secretário de Planejamento e Gestão, Paulo Maurício Fortunato Pinto, número três na estrutura.

Na casa dele, que era diretor de operações no período em que o programa espião esteve em funcionamento, foram apreendidos US\$ 171,8 mil em dinheiro vivo, o equivalente a R\$ 864,3 mil na cotação de ontem. Os agentes da PF também cumpriram 25 mandados de busca e apreensão, além de terem colhido o depoimento de 20 pessoas, entre investigados e testemunhas. O uso da ferramenta, chamada de First Mile, foi revelado pelo GLOBO em março.

A investigação aponta que o sistema foi acionado mais de 30 mil vezes, das quais 1.800 direcionadas a políticos, jornalistas, advogados e adversários do governo Bolsonaro, segundo a colunista Bela Megale, do GLOBO. A ação foge do escopo da atividade da Abin. De acordo com a colunista Malu Gaspar, detalhes de outras 31.200 acessos foram apagados do sistema posteriormente.

O programa foi comprado no final da gestão de Michel Temer na Presidência e usado durante três anos no governo Bolsonaro. Em nota, a agência informou que colabora com as investigações. "Foram afastados cautelarmente os servidores investigados. A agência reitera que a ferramenta deixou de ser utilizada em maio de 2021. A atual gestão e os servidores da Abin reafirmam o compromisso com a legalidade e o Estado Democrático de Direito", pontuou o órgão.

A ferramenta da Abin permitia, sem qualquer protocolo oficial, monitorar os passos de até dez mil proprietários de celulares a cada 12 meses. Para isso, bastava digitar o número de um contato telefônico no programa e acompanhar num mapa a última localização conhecida do dono do aparelho. Os dados são coletados por meio da troca de informações entre os celulares e as antenas para conseguir identificar o último local conhecido da pessoa que porta o aparelho.

A PF pontua que o sistema



Vigilância. Sede da Abin no DF: investigação aponta que sistema foi acionado mais de 30 mil vezes, mas apenas os dados de 1.800 monitoramentos puderam ser acessados; os demais foram apagados

de geolocalização utilizado pela Abin é um software intrusivo na infraestrutura crítica de telefonia brasileira. "A rede de telefonia teria sido invadida reiteradas vezes, com a utilização do serviço adquirido com recursos públicos", informou, em nota.

SEDEDO SUPREMO

A ferramenta ofereceu à Abin a possibilidade de identificar a "localização da área aproximada de aparelhos que utilizam as redes 2G, 3G e 4G". Desenvolvido pela empresa israelense Cognyte (ex-Verint), o programa permitia rastrear o paradeiro de uma pessoa a partir de dados transferidos do celular para torres de telecomunicações instaladas em diferentes regiões. Com base no fluxo dessas informações, o sistema permitia o acesso ao histórico de deslocamentos até criava "alertas em tempo real" de movimentações de um alvo em diferentes endereços. Uma das hipóteses em apuração na PF é que o monitoramento tenha atingido a sede do STF e o entorno.

O sistema foi utilizado na Abin quando o diretor-geral era Alexandre Ramagem, hoje deputado federal pelo PL-RJ. O parlamentar afirmou nas redes sociais esperar que o inquérito prossiga "atínese a fatos" e sem se deixar levar por "falsas narrativas e especulações". "O referido sistema não faz interceptação, mas demonstrava fazer localização. Mesmo tendo passado por prova de conceito técnico e parecer favorável da AGU para aquisição (2018), nossa gestão resolveu encami-

A INVESTIGAÇÃO

ENTENDA A OPERAÇÃO

A Polícia Federal (PF) investiga o uso do First Mile, programa secreto da Abin que, durante o governo Bolsonaro, monitorou a localização de cidadãos por meio de sinais de celular

OS ALVOS DA PF

3 servidores foram afastados por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF)

Um deles é Paulo Maurício Fortunato Pinto, à época chefe do setor de operações e, hoje, o número 3 da Abin. Na casa dele foram apreendidos US\$ 171,8 mil em dinheiro vivo, cerca de R\$ 864,3 mil na cotação atual



2 servidores foram presos

Rodrigo Colli e Eduardo Arthur Izzycki Segundo a PF, eles não só participaram do monitoramento como, mais adiante, teriam usado o fato de saberem do uso irregular do sistema para evitar serem demitidos devido a um processo administrativo disciplinar. No entanto, ambos foram exonerados ontem pela questão disciplinar

Caio Cesar dos Santos Cruz Filho do general da reserva e ex-ministro de Bolsonaro Carlos Alberto Santos Cruz. Caio Cesar é apontado pelos investigadores como o representante da empresa que vendeu o First Mile à Abin por R\$ 5,7 milhões sem licitação, ainda no governo Temer

QUE ESTÁ SENDO INVESTIGADO

1,8 mil Número de monitoramentos irregulares cujo detalhamento a PF conseguiu identificar.

33 mil É o número total de cidadãos monitorados pelo sistema espião

31.200 É o número de monitoramentos que tiveram seu detalhamento apagado, segundo a PF

Nesse grupo há jornalistas, advogados, políticos e adversários do governo Bolsonaro

O pretexto para a vigilância era proteção da "segurança de Estado", que seria uma justificativa para a falta de autorização judicial. Os nomes estão sob sigilo

QUE AINDA FALTA SABER

Quem mandou fazer os monitoramentos irregulares

Quem recebeu esses dados e o que fez com eles

Por que as informações de 31.200 monitoramentos foram apagadas

Quem mandou apagar

COMO FUNCIONA O PROGRAMA ESPION

O programa rastreia o paradeiro de uma pessoa a partir de dados transferidos de seu celular para torres de telecomunicações em diferentes regiões.

Para isso, bastava digitar o número de um celular no programa, que exibiu num mapa a última localização do dono da linha.

O sistema oferecia acesso ao histórico de deslocamentos e até "alertas em tempo real" de movimentações de um alvo.

nhar à corregedoria para instaurar correição", disse Ramagem. Bolsonaro não se manifestou.

Os servidores presos são Rodrigo Colli e Eduardo

Izzycki. Eles já respondiam a um processo administrativo disciplinar por terem oferecido ao Exército, por meio de uma empresa, um outro sistema, que foi desenvolvi-

do internamente na Abin e monitorava redes sociais. Por essa razão, ambos também foram demitidos ontem. A detenção deles, contudo, ocorreu porque, para

tentar evitar a exoneração, os servidores usaram o conhecimento sobre o uso irregular do sistema como meio de coerção indireta.

Outro alvo de mandado de busca e apreensão foi Caio Cesar dos Santos Cruz, apontado como representante da empresa que vendeu o sistema à Abin. Ele é filho do ex-ministro de Bolsonaro Carlos Alberto Santos Cruz.

PACHECO DEFENDE PUNIÇÃO

Os investigados podem responder pelos crimes de invasão de dispositivo informático alheio, organização criminosa e interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu punição: "Pelos indícios apresentados, do uso de uma instituição de Estado para esta finalidade de perseguição política, é algo gravíssimo que deve ser exemplarmente reprimido."

Para a Transparência Internacional, o caso tem "máxima gravidade".

— Descemos num patamar muito mais grave e ameaçador ao cidadão e ao regime democrático, que é essa utilização do aparato do Estado para vigilância clandestina — afirma o diretor-executivo da instituição, Bruno Brandão.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4